

Obama, Jesse Jackson e as concepções dissonantes sobre identidade negra na política dos EUA: estratégias discursivo-eleitorais e imagens em conflito

AUTORES - *Paulo Roberto Figueira Leal* (doutor e mestre em Ciência Política pelo IUPERJ, jornalista pela UFRJ; professor adjunto do mestrado e da graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora) e *Vinícius Werneck Barbosa Diniz* (graduando da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista de iniciação científica no Programa de Educação Tutorial).

GRUPO DE TRABALHO – *Marketing e imagem pública política*

1 – Política e mídia: relação simbiótica

Há séculos os meios de comunicação de massa têm estreita relação com a política: desde a imprensa a serviço do Estado absolutista de Luís XIV no século XVII, passando pela imprensa como fator determinante para a formação da esfera pública burguesa no século XVIII (HABERMAS, 1984; GOMES, 2004), e chegando-se à mídia tão presente no cotidiano político dos séculos XX e XXI, é indiscutível que não se pode mais compreender a política sem a inclusão de discussões sobre suas relações com a comunicação de massa.

O fato de que a maior parte das informações sobre o mundo é recebida, pelo cidadão comum, por meio da mídia já indica a importância desse processo de mediação. Na política isso também é cada vez mais verdadeiro: as estratégias de construção de imagem dos candidatos, bem como as repercussões de seus discursos, são publicizadas preferencialmente pelos meios de comunicação – televisão, rádio, impressos, internet.

Quantas pessoas conversaram com os candidatos a algum cargo político – como o de presidente, por exemplo – antes de votar? Quantas pessoas ouviram diretamente os discursos dos candidatos em comícios? Quantos, por sua vez, tiveram acesso a esses debates apenas por meio da televisão? Certamente um número infinitamente maior.

Gomes diz que, agora, é a lógica midiática que controla a esfera da visibilidade pública. Vaclav Havel, em citação de Fallows, contextualiza a questão:

Fico sempre impressionado quando verifico o quanto estou à mercê dos diretores e editores de televisão; o quanto a minha imagem pública depende muito mais deles do que de mim mesmo. Sei de políticos que aprenderam a se ver exatamente como são vistos pelo olho da câmera. A televisão, de uma certa forma, parece ter se apropriado das suas personalidades para transformá-las em algo como sombras televisivas deles mesmos. Eu, às vezes, me pergunto se eles tomam cuidado para dormir de um jeito que pareça bem na telinha. (FALLOWS apud GOMES, 2004, p. 66)

Levando em conta a realidade do cenário eleitoral contemporâneo, Leal (2002) defende haver o que se pode chamar de uma *nova ambiência eleitoral*, marcada pela tendência à personalização das campanhas, pela visão de que o eleitor mediano não tem especial interesse ou acúmulo informativo sobre política, e pela constatação de que os discursos das campanhas não são as únicas variáveis relevantes – seria preciso levar em conta a construção das imagens previamente dadas, a longo prazo, pela mídia.

Sem dúvida, a preocupação de Leal sobre como os eleitores “apreendem, processam e utilizam as informações que recebem no correr de uma campanha” (LEAL, 2002, p. 1) é fundamental para compreender a questão. Para Leal, há um conjunto de processos que estimularam a *americanização* das disputas eleitorais ao redor do planeta, os quais sumariza em elementos como a crescente importância do candidato, a racionalidade auto-centrada do eleitor mediano e o impacto relativo da campanha (sendo que estas variáveis podem ser mais ou menos intensas, a depender dos incentivos institucionais dados pelos distintos sistemas eleitorais).

Nesse contexto, os meios de comunicação tornam-se fortes instrumentos para a construção das imagens dos candidatos, ganhando espaço o marketing político. Roger-Gérard Schwartzberg (1977) afirma que a personalização do poder acabou favorecida pelo denominou de política-espetáculo.¹

É importante ressaltar que essa forma de se fazer política é resultado de diversos fatores, que incluem o desenvolvimento dos meios de comunicação: modificaram-se os modos de

¹ Política-espetáculo “é a superestrutura da sociedade, é o próprio Estado que se transforma em empresa teatral, em Estado-espetáculo. De uma forma sistemática e organizada. Para melhor divertir e iludir o público de cidadãos. Para melhor distrair e desviar. E mais facilmente transformar a esfera política em cena lúdica, em teatro de ilusão” (SCHWARTZENBERG, 1977, p. 9 apud GROHMANN; FERREIRA, 2009, p. 3).

interação social, houve mudanças na estrutura social e na economia, dentre outras. Um processo eleitoral configurado, entre outros fatores, por uma personalização mais intensa das campanhas, está intimamente relacionado à presença da mídia de massa como lugar preferencial onde se travam as disputas eleitorais contemporâneas.

Como relembra Gomes (2004), é cada vez mais consensual que parte considerável da disputa política tenha sido convertida em luta pela imposição da imagem pública dos atores políticos – bem como em competição pela produção da percepção pública dos interesses e das pretensões que se apresentam na cena política (GOMES, 2004, p. 239).

Nessa nova arena política constituída pelos meios de comunicação de massa, os conflitos seriam resolvidos – ou intensificados –, a sociedade seria organizada e/ou mobilizada, a opinião pública seria tranquilizada ou excitada, credibilidades são conquistadas ou perdidas. (GOMES, 2004, p. 240) por meio do aparato midiático. A imagem pública² seria formada com grande contribuição da mídia de massa, visto que ela propicia na contemporaneidade o alcance necessário para uma corrida eleitoral majoritária.

O terceiro ponto levantado na teorização sobre a *nova ambiência eleitoral* é o impacto das campanhas enquanto fenômenos em mutação nas democracias contemporâneas. Leal (2002) traz para o debate a tese de Thomas Holbrook (1996) de que existe um “ponto de equilíbrio entre as forças políticas na disputa” e de que “a campanha, em essência, serve para ajustar eventuais disparidades, ajudando o resultado a direcionar-se a este ponto de equilíbrio predeterminado por fatores exógenos” (LEAL, 2002, p. 4). Uma comunicação política eficiente

² O conceito de imagem pública para Wilson Gomes é resumido pelo autor na seguinte passagem de seu livro “Transformações da política na era da comunicação de massa”: “A *imagem pública não é um tipo de imagem em sentido próprio, nem guarda qualquer relação com a imagem plástica ou configuração visual exceto por analogia com o fato da representação*”. (2004, p. 246) (grifo no original) Para Gomes, a imagem pública é formada enquanto uma “entidade conceitual, decisivamente apoiada e construída sobre mecanismos enunciativos linguísticos.” (2004, p. 242) Portanto, a analogia que se pode fazer entre imagem pública e o termo imagem (enquanto plasticidade) é uma importante propriedade de seu significado: “a capacidade de representar algo, de fazer algo presente (aos olhos, em um caso, à mente, em outro)”. (2004, p. 246). O autor pondera que reservar o termo imagem pública para um fato cognitivo/conceitual, não implica que atributos visuais não caracterizem ou simbolizem um ator político. Mas esses atributos – como o bigode de Sarney, o topete de Itamar Franco, a barba de Fidel - não fazem parte da imagem pública, mas sim da iconografia pública desses personagens.

seria “aquela que ajuda os eleitores a identificarem os candidatos ou partidos como agentes efetivamente capazes de oferecerem respostas para os problemas que realmente os preocupam” (LEAL, 2002, p.4).

Todas essas variáveis confluíram para minar também a crença na existência de um cidadão cívico, cômico de suas responsabilidades frente ao bem comum, para o qual ele contribui desinteressadamente (LEAL, 2002, p. 3). Segundo Popkin (1991 apud LEAL, 2002), a racionalidade do eleitor médio é profundamente auto-centrada e econômica – ele busca atalhos para a tomada de decisão. Como buscar informações é um processo que apresenta custos, que não são viáveis frente à ausência de estímulos e incentivos, o

eleitor não tem incentivos em buscar informações políticas, os dados com os quais ele trabalha são subprodutos de informações advindas de outras atividades – pessoais ou econômicas, por exemplo. As informações que se usa para o cálculo político são indiretas e decorrem de impressões geradas em outros campos da vida cotidiana. (LEAL, 2002, p. 3)

A mídia emerge, portanto, como importante agente indutor – e, ao mesmo tempo, reflexo - dessa nova ambiência, servindo para a supervalorização da figura do candidato, para o fornecimento dos atalhos informativos que facilitem a decisão do eleitor e para a construção de novas estratégias de conexão eleitoral e de comunicação (LEAL, 2002, p. 5).

No mesmo rumo, Alessandra Aldé propõe um entendimento “dos meios de comunicação, especialmente da televisão, como quadros de referência dos mais relevantes no fornecimento de explicações para a política” (ALDÉ, 2002, p. 24). O processo de construção de atitudes e entendimentos políticos, conforme Aldé, também se processa comunicacionalmente e a partir de uma natureza discursiva (2002, p. 15).

A pesquisadora se utiliza do conceito de Gitlin de enquadramentos, e sustenta a capacidade da mídia de formar padrões consistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão (GITLIN, 1980, p. 7 apud ALDÉ, 2002, p. 23), através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso. Aldé continua:

Isso não quer dizer que a via seja de mão única; a mídia não opera no vazio, e as narrativas que produz são resultado de sua interação com os eventos e seus protagonistas – sua matéria-prima –, além de uma série de expectativas com relação à audiência, cuja fidelidade é vital para os meios de comunicação de massa e que convive com outros enquadramentos, oriundos de outras fontes. No estabelecimento dessa sintonia com a audiência, a televisão muitas vezes reproduz e reforça elementos dominantes de cada cultura, num círculo de que é difícil determinar o ponto de partida, e que se retroalimenta de forma dinâmica. (ALDÉ, 2002, p. 23)

O debate teórico sobre a comunicação já se libertou, portanto, do reducionismo das hipóteses hipodérmicas, que apresentavam o ser humano como sujeito passivo diante das mensagens midiáticas, quando repetidas vezes suficientes. Libertou-se também das ideias de que a imprensa nada interfere na esfera social.

Portanto, negando-se as repostas hipermidiáticas e hipomidiáticas, o desafio é ponderar qual é a real influência social da mídia, levando-se em conta as contextualizações históricas. E nosso tempo é repleto de casos ilustrativos de que os meios de comunicação configuram um espaço fundamental para compreender diversas questões – entre elas o processo de formação das identidades políticas – e, portanto, dos processos de identificação (mediados pela comunicação de massa) estabelecidos entre os atores políticos e os eleitores.

Afinal, como fenômeno da construção das identidades políticas deve ser entendido em um mundo cada vez mais mediado, em um mundo muitas vezes apenas conhecido pelo olhar dos meios de comunicação de massa? Para discutir a questão, há uma fértil arena de discussão num processo eleitoral recente: as eleições presidenciais norte-americanas de 2008.

Um momento ímpar em que um homem negro (filho de uma mulher branca do Kansas e de um negro do Quênia, e que morou quatro anos num país de maioria muçulmana, a Indonésia) venceu a disputa interna do Partido Democrata e, depois, as eleições – e o fez com uma base discursiva completamente nova para um candidato oriundo da comunidade afroamericana.

O presente artigo busca avaliar quais foram as articulações identitárias projetadas por Obama, apontando como elas se relacionam (ou não) com as tradicionais identidades das

lideranças políticas negras, como Jesse Jackson, por exemplo. Para tanto, contudo, é preciso antes conceituar identidades e debater os mecanismos pelos quais reconfigurações identitárias se dão na vida contemporânea.

2 – Identidades como construções narrativas

O conceito de identidade há muito está incorporado ao senso comum a partir de uma chave de leitura que apresenta o fenômeno identitário como natural, essencial, permanente e supostamente óbvio – afinal, nessa abordagem tradicional, identidade é aquilo que se é, e todos seriam algo, naturalmente.

Mas, contemporaneamente, as Ciências Sociais vêm discutindo o conceito a partir de uma perspectiva não essencialista e não naturalizadora. Stuart Hall, um dos próceres dos Estudos Culturais, defende que as “velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2000, p. 7).

Hall completa: “Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora 'narrativa do eu'. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2000, p. 13).

Momento algum foi mais desafiador para as identidades tradicionais (de classe, étnicas etc) do que a contemporaneidade. O sujeito pós-moderno explicita melhor que qualquer outro os paradoxos identitários. Hall distingue, no pensamento social dos últimos séculos, três distintos conceitos de identidade: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

A definição do sujeito do iluminismo estava baseada na suposição de um indivíduo centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia com o nascimento e a partir daí se desenvolvia,

mas permanecendo essencialmente o mesmo (HALL, 2000, p. 10 e 11).

O sujeito sociológico refletiu a transformação do próprio mundo e sua crescente complexidade. Hall diz que esse núcleo interior não era mais considerado auto-suficiente e autônomo, mas estava em constante transformação e era determinado pelo relacionamento com o outro. “De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na 'interação' entre o eu e a sociedade” (HALL, 2000, p. 11).

É nessa interação que, ao mesmo tempo em que sujeito se projeta nessas identidades culturais, ele internaliza os significados e valores que estão fora, tornando-os parte de si. Hall afirma que a identidade, nessa acepção, costura o sujeito à estrutura, tornando-os unificados e previsíveis.

Portanto, se essa estrutura se transforma intensamente, o sujeito a ela costurado pela identidade entra em crise. No sujeito pós-moderno, convivem não duas ou três identidades, mas uma miríade delas, contraditórias e fragmentárias. Conforme Hall, uma “celebração do móvel” (2000, p.13). Há diferentes identidades, assumidas não mais biologicamente, mas historicamente. “Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas” (HALL, p. 13, 2000).

Por que a identidade na pós-modernidade é tão fragmentada? Por que tamanha diferença entre o sujeito pós-moderno e o sujeito cartesiano ou sociológico? Assim como a sociedade se transformou, as identidades se modificaram. Conforme famosa frase de Marx, vivemos em sociedades em que “o sólido se desmancha no ar” (MARX e ENGELS, 2002, p. 223).

Logo, estaríamos hoje diante de “sociedades de mudança constante, rápida e permanente” (HALL, p. 14, 2000). Citando Giddens, Hall afirma que os “modos de vida colocados em ação pela modernidade nos livraram, de uma forma bastante inédita, de todos os

tipos tradicionais de ordem social” (GIDDENS apud HALL, 2000, p. 16).

Identidade, nessa chave de leitura, é construção discursiva: não tem apoio biológico, não tem essência inerente, é fragmentária e, sobretudo, não reside sozinha no sujeito. Identidades multifacetadas se confundem no sujeito pós-moderno, anulando-se e balanceando-se a depender de numerosos fatores. Mas certamente as narrativas que sujeitos constroem sobre si mesmos constituem a face mais visível desses arranjos.

Nesse sentido, outra tradição sociológica – o Interacionismo Simbólico – tem contribuição importante a oferecer à reflexão sobre identidades. Peter Berger e Thomas Luckmann (2007) sustentam que, na experiência da vida cotidiana, o ser humano partilha sua existência com os demais à sua volta, num processo de interações sociais (e, portanto, de interações comunicativas mediadas pela linguagem) que é fundamental para a produção de sentidos e de auto-sentidos. A socialização ocorre por meio da dialética interiorização-exteriorização:

A formação da consciência do outro generalizado marca uma fase decisiva na socialização. Implica a interiorização da sociedade enquanto tal e da realidade objetiva nela estabelecida e, ao mesmo tempo, o estabelecimento subjetivo de uma identidade contínua e coerente. A sociedade, a identidade e a realidade cristalizam subjetivamente no mesmo processo de interiorização. (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 179)

Segundo Berger e Luckmann, o que chamamos de realidade não pode ser dissociado dos processos de socialização primária (experimentada na infância) ou secundária (interiorização, pelo indivíduo já socializado, de valores de submundos institucionais). É a partir das interações a que somos submetidos ao longo da vida, de nossas relações comunicativas com os outros e da constituição de um certo universo simbólico que percebemos a realidade a partir de determinados enquadramentos específicos e criamos um significado para o mundo – e para nós mesmos.

A mesma sociologia do conhecimento que questiona por que determinada realidade se torna tangível em tal ou qual sociedade perguntaria: sendo construída no discurso sobre o que

somos, por que está a identidade descentrada e hibridizada? Esse, que seria o olhar da *sociologia do conhecimento*, pode ser agregado a outro, que seria o do comunicólogo, a refletir: como as mídias de massa influenciam o processo de construção identitária na pós-modernidade ou que papéis cumprem os meios de comunicação?

Se Stuart Hall defende que a identidade configura-se como uma construção simbólico-discursiva, e se agregarmos isso à tese de Berger e Luckmann (de que a “realidade” é construída socialmente), daí não decorre uma negação de critérios objetivos ou da tangenciabilidade do mundo: raça, por exemplo, está baseada em alguns critérios objetivos, mas não deixa de ser uma categoria discursiva; gênero está baseado em critérios também objetivos, mas por sua vez também é uma categoria que se forja no discurso.

Outros autores também vinculados à tradição teórica do Interacionismo Simbólico, como Goffman (1974; 1999), aprofundam o debate sobre os enquadramentos, entendidos como modelos de interpretação e seleção que definem ênfases e exclusões utilizadas para organizar o discurso.

Este conceito foi apropriado pelos estudos da área de comunicação. Como ressalta Todd Gitlin (1980), o enquadramento de mídia é crucial para o entendimento de como se dá o processo de produção do discurso jornalístico, no qual certos enfoques são privilegiados em detrimento de outros – e certamente isso tem reflexos nos modos como identidades e alteridades são projetadas pelos meios de comunicação.

Numerosas outras matrizes teóricas sugerem também que os indivíduos estruturam suas identidades a partir dos valores culturais e dos artefatos simbólicos disponíveis naquele determinado lugar e naquele determinado tempo. Correntes as mais diversificadas (vide os múltiplos olhares antropológicos e sociológicos que apontam as identidades como fenômenos discursivos, mais do que como fatos *naturais* ou *essenciais*) convergem para uma ênfase na questão identitária como processo de reconhecimento reflexivo e comunicativo.

Mas se identidades são narrativas e discursos, como elas operam numa era de profunda midiaticização? Não é possível avaliar a extensão dessas mudanças identitárias sem a inclusão de uma variável central na vida social contemporânea: os meios de comunicação de massa. Seu alcance e sua cotidianidade transformam-nos, inevitavelmente, num elemento cuja compreensão joga luzes sobre outras dimensões.

Noutras palavras, não se pode avaliar como se formam, se solidificam e se transformam as identidades – inclusive as políticas – sem que se leve em conta o fato de que a mídia é uma das principais instâncias mediadoras a oferecer discursos sobre o que seria a realidade (e sobre as supostas realidades de quem somos nós e de quem são os outros). O caso dos mecanismos de identificação política é paradigmático da questão. A análise da construção de uma identidade política afroamericana – e de seus reflexos eleitorais –, conseqüentemente, precisa ser considerada a partir dessa perspectiva.

3 - A questão racial e a política nos EUA: o caminho entre Emmett Till e Jesse Jackson

O tema do racismo é perene na história política norte-americana. Tal questão é fundamental para um estudo que se propõe a entender a representação da negritude e a questão identitária por trás do processo que levou, pela primeira vez na história norte-americana, um homem negro a se tornar o que os americanos chamam de *Commander-In-Chief*.

De acordo com estimativas de julho de 2007, a divisão étnica nos Estados Unidos configurava 79.96% da população como branca, 12.85% como negra e 4.43% como asiática.³ No que concerne à filiação religiosa, o mesmo banco de dados identifica no país uma presença majoritária de protestantes (51.3%), contra 23.9% de católicos e uma minoria de

³ Os outros 2.76% encontravam-se divididos entre ameríndios, nativos do Alaska, do Haváí ou de outra ilha do Pacífico, e aqueles pertencentes a duas ou mais raças.

judeus, budistas, muçulmanos etc.⁴ Interessante notar que, levando-se em conta apenas os que professam alguma religião (84%), a porcentagem de protestantes chega a 61% (THE WORLD FACTBOOK, 2009).

Andrew Hacker cunhou o termo WASP ainda em 1957, em um artigo intitulado *Liberal Democracy and Social Control* e publicado na prestigiosa *American Political Science Review*. O acrônimo, considerado um etnônimo cultural e sociológico, é utilizado como a forma abreviada de *White Anglo-Saxon Protestant* (Branco Anglo-Saxão e Protestante). O uso do termo foi consolidado no trabalho de Edward Digby Baltzell, *The Protestant establishment: aristocracy & caste in America*, de 1964.⁵

Embora o racismo seja hoje menos visível e explicitado no cenário estadunidense do que quando se cunhou a expressão WASP, daí não decorre que a sociedade americana aprendeu a desconsiderar a raça em sua vivência cotidiana: os Estados Unidos continuam, em regra geral, uma sociedade com uma hegemonia política e econômica marcadamente WASP.

Não por menos, entre o início da campanha de Obama, já nas primárias, e o fim da contagem de votos, muito se discutiu o “Efeito Bradley” – famoso entre estudiosos de pesquisas de opinião – e suas consequências para o pleito de 2008. Ainda em 2007, um mês após Obama anunciar sua candidatura à presidência, a jornalista Jane Elder já questionava: “Acaso o Efeito Bradley será também conhecido como o Efeito Obama?”⁶ (ELDER, 2009, tradução nossa).

O que, afinal, postula o “Efeito Bradley” – também conhecido por “Efeito Wilder” ou “Efeito Dinkins”? Bradley, Wilder e Dinkins não batizam esse efeito por conta de uma

⁴ Protestantes 51.3%, Católicos Apostólicos Romanos 23.9%, Mórmons 1.7%, outros cristãos 1.6%, Judeus 1.7%, Budistas 0.7%, Muçulmanos 0.6%, outros ou não especificados 2.5%, não filiados 12.1%, nenhuma 4% (estimativas para 2007)

⁵ Baltzell (1964) faz uso do termo por 3 vezes em seu livro, nas páginas 9, 74 e 83. Hacker, no artigo inaugurador do uso acadêmico do termo WASP, utiliza-se do acrônimo apenas uma vez, à página 1011, e lança mão do neologismo “waspsness”, no mesmo parágrafo.

⁶ “Will it [Efeito Bradley] also be known as the Obama effect?”

decisão aleatória; eles compartilham um histórico eleitoral no qual, repetidas vezes, certo perfil de candidato alcança uma votação inferior nas urnas àquela capturada pelas pesquisas de opinião. Em relação a Barack Obama, as considerações foram variadas: havia os que acreditavam em uma recorrência do Efeito Bradley também em relação à sua campanha e havia os que defendiam uma tese oposta.

Em resumo, é possível sumarizar a relação raça-política dos EUA em algumas dimensões: há historicamente uma problemática relação entre brancos e negros, que remonta à colonização; existe uma presença majoritária branca, configurando o que tem sido chamado de uma elite WASP (branca, anglo-saxônica e protestante); e campanhas de candidatos de grupos minoritários quase sempre enfrentaram problemas (vide o efeito Bradley).

Há, certamente, outras variáveis relevantes a serem consideradas para que se compreendam os desafios enfrentados por Obama em 2008 – por exemplo, o sistema eleitoral americano e o contexto político-econômico-social do país durante a campanha. Mas a questão que aqui se pretende discutir é mais específica: qual foi a estratégia discursiva de Obama (projetada na e para a mídia) sobre a questão racial?

Mais precisamente, em perspectiva comparada àquela desenvolvida por outras lideranças negras que o antecederam, como Obama se posicionou do ponto de vista identitário? Logo, antes de analisar a trajetória do atual presidente dos EUA, é preciso apontar as ênfases discursivas utilizadas por importantes nomes afrodescendentes da política americana, como Jesse Jackson – um dos mais proeminentes nomes da luta pelos direitos civis.

A dura batalha para garantir direitos de cidadania aos negros teve alguns momentos cruciais. Em 24 de agosto de 1955, Emmett Louis Till assoviou para uma mulher branca. Ele, um garoto negro de 14 anos, visitava familiares no condado de Leflore, no Mississippi. Ela, a esposa do proprietário de uma loja da cidade, a *Bryant Grocery & Meat Market*, havia

acabado de deixar a loja do marido. Conforme narra o relatório do FBI (ESTADOS UNIDOS, 2009), Till foi rapidamente levado para casa por seus parentes, que compreenderam a gravidade da situação no contexto de um Mississippi segregado.

O assobio de Till⁷, sem que ninguém o soubesse, entrava para a história como a causa imediata primeira do moderno movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos. No último dia do mesmo agosto, um corpo sem roupas foi encontrado boiando e um trecho do rio Tallahatchie: “vi dois joelhos e pés”⁸, disse Robert Hodges à polícia (ESTADOS UNIDOS, 2009, p.69 – tradução nossa). No corpo, retirado da água pelas pernas, era visível uma grave pancada na cabeça; ao pescoço, preso com arame farpado, um instrumento de ferro com mais de 30 quilos.

Os assassinos, conforme confissão feita ao repórter da revista *Look*, William Bradford Huie, foram J.W. Milam e Roy Bryant⁹; após o julgamento, ambos se livraram de qualquer condenação pelo crime, conforme decisão do *Grand Jury* – composto somente por homens brancos (ESTADOS UNIDOS, 2009, p. 7).

Ao ver o corpo desfigurado, a mãe de Emmett insistiu que ele fosse velado com o esquife aberto: “Eu queria que o mundo visse o que fez com o meu bebê”¹⁰, disse à época a mãe de Till, Mamie Till Bradley (LADNER, 2009 – tradução nossa). Ainda hoje¹¹, muitos se lembram da capa da revista *Jet Magazine*, que trouxe uma foto do corpo de Emmett, irreconhecível (LADNER, 2009).

Não apenas Ladner se impressionou com a imagem do garoto de 14 anos, vítima do ódio contra negros. Rosa Parks, três meses após o corpo de Till ser encontrado, recusou-se a

⁷ Na música popular brasileira Emmett Till também deixou marca. Impressionados com a ocorrência, Vinícius de Moraes e Toquinho compuseram e gravaram “Blues para Emmett”, no álbum “Toquinho e Vinícius”, de 1971.

⁸ “...seen two knees and feet”

⁹ Roy Bryant era marido de Carolyn Bryant e J.W. Milam era meio-irmão de Roy. (ESTADOS UNIDOS, 2009)

¹⁰ “I wanted the world to see what they did to my baby.”

¹¹ Joyce Ladner, escritora do livro *The Ties that Bind: African American Values*, disse em um colóquio: “[...] all of us remembered the photograph of Emmett Till's face, lying in the coffin, on the cover of Jet Magazine.”

ceder seu lugar no ônibus a um homem branco. Imersa em leis segregacionistas, a capital do estado do Alabama, Montgomery, além de obrigar negros a cederem lugares nos ônibus aos brancos, também os fazia entrar pela porta traseira, após pagarem a passagem ao motorista (DOVE, 2009, p. 1).

A atitude de Parks iniciou um amplo processo de luta pelos direitos civis dos negros, tanto no campo jurídico, quanto no âmbito de mobilizações sociais. Após presa, foi a julgamento sob os holofotes, proporcionando visibilidade para a discussão sobre as leis segregacionistas de Montgomery, do Alabama e mesmo dos Estados Unidos (DOVE, 2009, p. 2).

Diversas lideranças negras ganharam importância nacional e internacional por conta do movimento pelos direitos civis. O reverendo Martin Luther King Jr., recém chegado a Montgomery e pastor da *Dexter Avenue Baptist Church*, foi um dos principais nomes da revolução que se começava a impingir nos costumes e na legislação norte-americanos (DOVE, 2009, p. 3).

Além do reverendo King, todas as principais lideranças negras da segunda metade do século XX envolveram-se diretamente com o movimento dos direitos civis. Entre elas, três políticos negros chegaram a concorrer a uma vaga de candidato a presidente pelo partido democrata: Shirley Chisholm, Al Sharpton e Jesse L. Jackson.

Anita Shirley Chisholm foi a primeira mulher negra eleita para o Congresso Americano, pelo 12º Distrito de Nova Iorque, em 1969. Reeleita por seis vezes, atuou por sete mandatos de dois anos, encerrando voluntariamente sua trajetória como *Representative*.¹² Em 1972, Chisholm tornou-se o primeiro negro a construir uma campanha nacional para as primárias do partido Democrata, obtendo 5,04% dos votos – ou 152 delegados (OUR CAMPAINGS, 2009).

¹² Mais informações podem ser encontradas no *site* do congresso norte-americano: <http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=C000371>

Outro nome importante é o do Reverendo Al Sharpton - ou *The Rev*, de acordo com fãs –, um ativista pelos direitos civis nos Estados Unidos de vertente progressista: defensor do estudo científico com células tronco, do casamento gay, do controle de armas; contrário à pena de morte e à privatização da previdência social, Sharpton tornou-se um líder popular em todo território norte americano.

De uma geração posterior a Jesse Jackson e a Shirley Chisholm, Sharpton foi precoce no ativismo: aos 13 anos fundou o *National Youth Movement* e iniciou a mobilização dos jovens negros de Nova Iorque.¹³ Em 2003, quando concorreu a uma vaga de candidato democrata à presidência dos Estados Unidos, recebeu 380.865 votos certificados, totalizando apenas 2,34%, e não recebeu votos de delegados na convenção Democrata (OUR CAMPAINGS, 2009).

A década de 80, entre Shirley Chisholm e Al Sharpton, foram os anos do Reverendo Jesse L. Jackson. Outra importante liderança negra que emergiu no movimento pelos direitos civis, concorreu por duas vezes na convenção partidária que indica o candidato democrata ao cargo máximo do executivo norte-americano.

Em 1984, com uma campanha mais bem sucedida que a de qualquer outro *colored candidate* na história norte-americana até então, o Reverendo recebeu o apoio de 466 delegados (12%), ficando em terceiro lugar.

A segunda tentativa, quatro anos depois, demonstrou um aumento da popularidade de Jesse Jackson, que polarizou o resultado da convenção com o Governador Michael Dukakis. Entretanto, a melhora de sua performance não foi suficiente para torná-lo o escolhido democrata para concorrer à eleição que viria no ano seguinte, e que acabou substituindo o republicano Ronald Reagan pelo também republicano George H. W. Bush. Jesse Jackson obteve, no entanto, 1.219 votos (29,70%), um número significativamente maior que em sua

¹³ Uma pequena biografia pode ser encontrada em <http://www.foxnews.com/story/0,2933,75751,00.html>.

primeira tentativa (466) – e também superior àquele obtido por Shirley Chisholm em 1972 (OUR CAMPAINGS, 2009).

Jesse ainda hoje é um líder popular e polêmico. A revista *EBONY*, em uma entrevista realizada em 1981, chegava a considerá-lo o mais popular e o mais controverso dos líderes americanos pelos direitos civis. E é assim que ele sugeriu que preferia ser lembrado:

REV. JACKSON: A questão é o contexto do rótulo [liderança negra]. A palavra “negra” não é usada pela mídia para descrever minha cor: ela é auto-evidente. Nesse contexto, o termo “negra” é utilizado para definir o domínio de minha liderança, a qual eles querem limitar. Brancos querem que nós lideremos o gueto, enquanto eles lideram o mundo. Eu argumento que sou um líder dos direitos humanos e da moral, a quem não deveria ser negada a oportunidade de liderar quem quer que se interesse em seguir minhas ideias, e que estas deveriam ser julgadas dentro do universo de ideias. (MASSAQUOI, 1981, P. 162 – tradução nossa)¹⁴

Apesar da tentativa de ir além da raça (tanto no discurso quanto na prática), Jackson se situou numa posição intermediária: mesmo empreendendo esforços em falar a outros públicos, ancorou sua militância majoritariamente nas comunidades negras – como indicam os votos que recebeu em sua carreira. Tal como pode ser notado no excerto acima, em determinados momentos ele expressou desconforto em relação à nomenclatura “liderança negra”. Não apenas nessa ocasião, mas em outras, Jesse travava um enfrentamento com a identidade racial como discurso prevalecente – mesmo que, paradoxalmente, nela tenha se ancorado em numerosas circunstâncias.

Na prática, a tentativa de Jackson em transcender a questão racial pode ser sintetizada na criação da *National Rainbow Coaliton*, que, mais à frente, agrupada ao *Operation PUSH*, tornou-se *Rainbow/PUSH Coalition*¹⁵. A *Rainbow Coalition*, fundada em 1984, durante as primárias do partido Democrata, teve justamente o objetivo de conclamar cidadãos oprimidos de todas as religiões e raças, a fim de lutarem unidos por direitos civis e mais oportunidades;

¹⁴ “REV. JACKSON: The context of the label [black leadership] is the issue. Black is not used by the media to describe my color: my color is self-evident. In this context, Black is used to define the domain of my leadership, which they want to limit. Whites want us to lead the guetto while they lead the world. I argue that I am a human rights and moral leader who should not be denied the opportunity to lead whoever will follow my ideas, and that my ideas should be judged in the universe of ideas.” (MASSAQUOI, 1981, P. 162)

¹⁵ A organização ainda está em funcionamento: <http://www.rainbowpush.org/about/revjackson.html>.

um claro esforço de oferecer suporte aos excluídos da *Reaganomics*¹⁶.

Entretanto, apesar de ser possível identificar, em várias oportunidades, essa busca pela identidade de *líder americano* – em vez de *líder do movimento negro americano* –, é também visível, por outro lado, uma sistemática consolidação, no discurso e na prática, justamente daquela identidade que pareceu incomodar ao Reverendo em alguns momentos.

Em grande parte das vezes, a construção discursiva de Jesse Jackson é sim direcionada ao público negro e às suas demandas. Sua participação na luta pelos direitos civis dos negros americanos, sua defesa do direito ao voto e da melhoria das condições de vida das famílias negras, bem como sua marcada área de atuação e militância¹⁷ no seio do movimento negro, colaboraram enormemente para marcar uma formação identitária na qual a categoria discursiva raça esteve em destaque (HALL, 2000, p. 38).

Jesse Jackson foi acusado, durante a campanha das primárias de 1988 – bem como naquela ocorrida quatro anos antes –, de apresentar uma visão polarizadora e, em certo sentido, maniqueísta, das relações sociais: “Os *instintos* de Jesse Jackson tendem a arcaicas formulações como preto-branco¹⁸, esquerda-direita, colonizadores-oprimidos” (KLEIN, 1988, p.24 – tradução nossa).¹⁹

As expectativas iniciais quanto a uma vitória de Jesse Jackson nas primárias de 1988 eram mínimas (MCLLWAIN, 2007, p. 66), mas com o decurso da campanha tal possibilidade chegou a ser ansiosamente aguardada, por alguns, e angustiantemente temida, por outros. Em

¹⁶ *Reaganomics* é um *portmanteau* de origem anglófona, formado a partir da união das palavras *Reagan* e *economics*. É utilizada para descrever a política econômica de livre mercado e estado mínimo do governo de Ronald Reagan.

¹⁷ Mais à frente discutiremos o conceito *política de identidades* (HALL, 2000, p. 45).

¹⁸ Na língua inglesa, *black-white* possui ainda mais ambiguidade do que a que pode ser notada em língua portuguesa. *Black* é utilizado indistintamente para cor (preto) e raça (negro), sugerindo sutilmente que a visão do Reverendo é separatista – como a de Malcolm X ou do movimento do *Black Separatism* – em vez de congregacionista. Deve-se lembrar que o campo semântico que envolve questões raciais estava poderosamente ativado nas mentes e nos corações dos norte-americanos em 1988. Certamente estava entre os tópicos mais discutidos no meio político durante as primárias do partido democrata.

¹⁹ “Jackson’s *instincts*, however, tend to archaic black-white, left-right, colonist-oppressed formulations” (KLEIN, 1988, p. 24)

um tom de aprovação do crescimento eleitoral de Jackson, um texto de 1988 da revista *EBONY*, a mesma que o havia entrevistado em 81, indicava justamente as ideias inclusivas personificadas pela *Rainbow Coalition*, com responsabilidade fundamental na conquista dos novos votos (RANDOLPH, 1988, p. 160). Mas estes votos não foram suficientes.

No complexo tópico envolvendo a primeira candidatura de fôlego de um homem negro à presidência dos Estados Unidos, há claras conexões entre o sucesso de Obama, em 2008, e as frustradas tentativas de Jesse, na década de 80: a primeira provavelmente não teria sido possível sem as experiências que a antecederam.

Shirley Chisholm, em 1971, e Jesse L. Jackson, em 84 e 88, certamente colaboraram na pavimentação do ideário norte-americano para a possibilidade de um negro na presidência: “Nunca pensei que eu veria o dia em que votaria em um homem negro para presidente”, disse um fazendeiro de meia-idade à *EBONY* (RANDOLPH, 1988, p. 162 - tradução nossa), “mas estou votando em Jesse”²⁰.

As duas campanhas de Jackson ajudaram a redefinir o contorno da política norte-americana, criando “o clima para algum homem negro ou alguma mulher negra ainda por vir tornar-se presidente [...], e tornando a ‘ideia de um sério candidato negro à presidência’ muito mais aceitável” (JOYCE apud CLAYTON, 2007, p. 60 – tradução nossa)²¹.

É possível verificar – ainda na década de 90 – uma severa polarização racial nas eleições presidenciais nos Estados Unidos. Hoffmann (1996, p. 4) aponta que nas cinco eleições imediatamente anteriores à produção de seu artigo, entre 82% e 90% dos negros votaram, nacionalmente, no candidato democrata. Do outro lado, brancos têm preferido o candidato republicano em todas as eleições desde 1976, por margens que vão de 2% (1992) a 29% (1984).

²⁰ “Never thought I’d see th Day I’d vote for one [a Black man] for president, but I’m voting for Jesse” (RANDOLPH, 1988, p. 162)

²¹ “he made the ‘idea of a serious black presidential candidacy’ much more acceptable [...] He’s creating a climate for some black man or black woman to come along and be elected President of the country” (JOYCE apud CLAYTON, 2007, p. 60 – tradução nossa).

Esse padrão, que se repetiu ao longo da segunda metade do século XX – de Shirley Chisholm a Jesse Jackson – aparecia não apenas em campanhas interpartidárias, mas também nas intrapartidárias. Jesse Jackson, nas já comentadas primárias de 1984 e 1988, apesar de sua tentativa de transcender a questão racial, manteve esse padrão de preferências eleitorais apontado por Hoffman: Jackson obteve mais de 90% dos votos de democratas negros, mas dificilmente recebia mais de 10% a 15% do voto de democratas brancos (HOFFMAN, *idem*).

Entretanto, dado o histórico norte-americano na questão racial, tal polarização não chega a surpreender. São conhecidas as péssimas experiências americanas de perseguição a grupos minoritários por *hate groups*²² – Ku Klux Klan, Supremacia Branca, Nacionalismo Branco e os neofascistas da Aliança Nacional²³ –, bem como o segregacionismo institucionalizado dos *Dixiecrats*, ou *Southern Democrats*.²⁴

Do lado Republicano, é paradigmático o famoso episódio da propaganda veiculada na campanha Bush/Quayle de 1988, que responsabilizava o oponente Michael Dukakis por mortes e crimes provocados pela liberação de prisioneiros em regimes semi-abertos. Baseando-se na propaganda oficial, um comitê independente lançou uma propaganda similar, utilizando-se da foto de Willie Horton para ilustração.

Horton, um homem negro com uma extensa ficha criminal, era citado na propaganda como um prisioneiro que cometeu assassinato e estupro. A coordenadora da campanha de Dukakis comentou: “O simbolismo é muito poderoso... você não conseguirá achar uma metáfora mais forte, intencional ou não, para ódio racial nesse país do que um homem negro estuprando uma mulher branca...”.²⁵

²² Em inglês, chama-se de *hate groups* (grupos de ódio, em tradução literal) as organizações baseadas em promover os *hate crimes* (crimes de ódio).

²³ Respectivamente: *White Supremacy*, *White Nationalism* e *National Alliance*.

²⁴ *Dixiecrats* eram os membros do *States' Rights Democratic Party*, uma facção surgida dentro do Partido Democrata em 1948. Os membros eram contra a inclusão dos *civil rights* na agenda do Partido Democrata e defendiam a manutenção da segregação racial.

²⁵ <http://www.insidepolitics.org/ps111/candidateads.html>

Dukakis e Bush eram ambos representantes da elite WASP, e mesmo assim a questão racial foi ativada pelo republicano, nos corações e mentes dos eleitores, como estratégia de conquista do voto. Majoritariamente pautado na lógica do *winner-take-all*, o sistema eleitoral americano exclui do resultado final todos os grupos minoritários, todas as opiniões não hegemônicas, e produz um consenso apenas aparente.

Nesse sentido, qualquer força não-majoritária deixa de ser computada e literalmente desaparece no cômputo final. Tal situação previne não apenas a expressividade eleitoral das minorias, mas também sua expressividade partidária. O sistema americano não é bipartidário na norma, mas o é na prática. Qualquer terceiro-partido que participe da disputa eleitoral, independente de conseguir um respeitável apoio popular, verá sua votação ser descartada, enquanto um dos partidos majoritários leva, em bloco, todos os votos do estado: tudo-ou-nada.

O candidato independente Ross Perot e sua campanha independente à presidência, em 1992, fornecem um exemplo do fenômeno descrito anteriormente. O bilionário texano alcançou a incrível marca de quase 20 milhões de votos, vindos de todo o país: foi o melhor desempenho no voto popular de um candidato, que não fosse republicano ou democrata, desde Theodore Roosevelt, em 1916. Entretanto, a despeito de ser a preferência de 19% do eleitorado, a regra do *winner-take-all* fez com que Perot não recebesse um único voto no colégio eleitoral (HOFFMAN, 1996, p. 36).

4 - As primárias democratas e o caso Obama: “*too black or not black enough*”

No ano de 2008, as primárias ou *caucus* ocorreram entre 3 de janeiro e 3 de junho, quando todos os estados norte-americanos decidiram como alocar os delegados que votaram na Convenção Nacional do Partido Democrata, entre 25 e 28 de agosto daquele ano, em Denver, capital do Colorado (THE GREEN PAPERS, 2008).

No começo das primárias, oito candidaturas foram lançadas; ao fim do primeiro mês,

quando John Edwards suspendeu sua candidatura, restaram na disputa apenas dois candidatos: a Senadora por Nova Iorque Hillary Clinton e o Senador por Illinois Barack Obama.

O interesse público pelas prévias se intensificou após seis candidatos terem se retirado da corrida – todos homens brancos –, fazendo com que a decisão sobre qual seria o presidenciável democrata pairasse entre um homem negro *ou* uma mulher branca. Nesse contexto, as primárias do Partido Democrata criaram um fenômeno de participação popular e arrecadações-recorde de dinheiro para as campanhas.

O duplo ineditismo colaborou de imediato para tornar a decisão democrata paradigmática. O questionamento que se colocava aos eleitores não era se votariam em um negro ou, confortavelmente, manteriam o voto para o homem branco, anglo-saxão e protestante; a questão ia além: de um lado da equação, uma mulher branca; do outro, um homem negro.

Certamente ambos os lados da equação levantavam amplas possibilidades de um questionamento quanto à identificação e adesão eleitoral, decisão de voto e identidade na pós-modernidade. Entretanto, concentraremos nossa análise naquele que veio a tornar-se o primeiro presidente negro da história dos Estados Unidos.

Barack Obama nasceu e foi criado no Havaí em 4 de agosto de 1961. Filho de mãe branca do Kansas e de pai negro do Quênia, Obama viveu também no exterior (Indonésia), por quatro anos. Estudou na Universidade de Columbia e depois na Universidade de Harvard, um dos mais prestigiados centros de ensino do mundo. Foi o primeiro presidente afroamericano da *Harvard Law Review*, uma organização gerida por estudantes da faculdade de direito de Harvard. Em 2004 tornou-se o terceiro afroamericano a ser eleito para o senado dos Estados Unidos após a guerra civil americana.

O parágrafo acima é metalinguístico: ao mesmo tempo em que informa sobre a vida de alguém, informa sobre o próprio processo de narrativa identitária que aqui se discute. Na

verdade, acaba-se de explicitar a “narrativa do eu” (HALL, 2000) proposta por Obama sobre si mesmo: o texto reproduz aquilo que aparecia no *site* oficial da campanha, precedendo o histórico de suas lutas políticas. Juntamente com duas referências à sua origem afroamericana, há diversas menções a êxitos – e ao ineditismo desses fatos para um homem negro. Essa mistura de referências à sua origem e aos seus sucessos pode ter diversas interpretações. Os sucessos são sempre acompanhados de frases que demonstram como isso é raro entre seus iguais: “primeiro afroamericano”, “terceiro” etc.

Um sujeito que não acredita na capacidade de afrodescendentes diria que Obama é diferente. Apesar de negro, tem capacidade de fazer coisas como estudar em Harvard e chegar ao Senado.

Um afrodescendente diria que Obama prova para toda a nação que a raça não impõe limites e os negros podem fazer tanto quanto os brancos.

Um leitor não-preconceituoso admiraria a capacidade de Obama de chegar ao lugar em que está agora, conseguindo feitos inéditos em sua trajetória, como assumir a presidência da organização estudantil em Harvard.

Hall (2000, p. 19) chama isso de “jogo das identidades”. A mesma construção textual se esforça em agradar leitores auto-referenciados por identidades diferentes: “Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada” (HALL, 2000, p. 21).

Se identidade é representação, é construção discursiva, os candidatos numa campanha eleitoral têm o grande desafio de se apresentar da maneira mais palatável ao eleitor (e aos distintos segmentos do eleitorado). Obama tinha ainda maior desafio no “jogo das identidades” do que maior parte dos políticos. Em um país historicamente produtor de elites políticas brancas, anglo-saxônicas e protestantes, Obama era um cristão (de congregação

minoritária), negro e que morou em país islâmico.

Mas a dificuldade de permanecer em um entre-lugar²⁶ já havia se tornado evidente em alguns momentos. Comentaristas e personagens famosos da política americana (como o Reverendo Jesse Jackson) aproveitaram-se dessa estratégia discursiva para acusar Obama de não agir como negro. Isso ocorreu, por exemplo, após o caso de uma briga interracial em uma escola na cidade de Jena, Louisiana, em dezembro de 2006, e da acusação de que a justiça teria usado de um rigor acima do usual ao julgar os seis afro-americanos envolvidos. Jesse Jackson – que depois apoiaria Obama - disse então ao repórter S. C. Burris: “Obama está agindo como se fosse branco”²⁷ (FOX NEWS, 2008, tradução nossa).

O diapasão discursivo de Jackson sugere que há um modo branco de se agir e, conseqüentemente – porque quando digo o que sou, digo também o que não sou –, um modo negro ou um modo latino ou hispânico.

Fryer (FRYER, 2006), pesquisador da Universidade de Harvard, demonstrou em pesquisa a perversidade que, diversas vezes, o jogo identitário patrocina. As identidades minoritárias pagam um alto preço, segundo Fryer, quando se destacam nas escolas americanas. O fenômeno que ele chama de *acting white* (agindo como branco ou brancamente) postula que alunos de minorias étnicas dos EUA perdem assustadoramente popularidade quando começam a ter índices de rendimentos mais altos, enquanto alunos brancos têm sua popularidade aumentada quanto mais aumentam suas notas.

Fryer cita os estudos de Angela Neal-Barnett, nos quais estudantes indicaram comportamentos que se enquadrariam na categoria *acting white*: falar um inglês padrão, estar envolvido em uma classe para alunos avançados ou em uma classe por honras, usar roupas da Gap ou da Abercrombie & Fitch (em vez de Tommy Hilfiger ou FUBU) e usar shorts no

26 Conceito utilizado por Homi Bhabha (2001) para designar a situação de sujeitos que se situam nos interstícios entre identidades fixas

27 “[Obama is] acting like he's a white”

inverno.

O problema dessa situação reside no fato que as críticas ao rendimento acadêmico (ou a outros comportamentos) gera uma pressão social nas minorias para que se fechem em seus grupos e não busquem locais de destaque na sociedade. Fryer (2006) sugere ao fim do artigo a busca de novas identidades: no lugar de um fechamento em torno da própria identidade, uma luta pelo rompimento das fronteiras dentro das escolas americanas.

É aí que Obama pareceu, mais do que outras lideranças negras que o antecederam, defender uma visão menos estática ou monolítica de identidade. No discurso *A more perfect union*, proferido logo após as declarações do Reverendo Jeremiah Wright, Barack Obama comentava sobre acusações como a de Jesse Jackson de que ele estaria *acting white*:

Isso não é para dizer que raça não tem sido uma questão na campanha. Em variados palcos nessa campanha, alguns comentaristas têm me condenado tanto de “negro demais” quanto de “não negro o bastante”. Nós vimos tensões raciais virem à superfície durante a semana que antecedeu a primária da Carolina do Sul. (OBAMA, 2008, tradução nossa)²⁸

Obama reconhecia no discurso – o que demonstrava ser frequente o recebimento desta crítica - a afirmação de que ele seria “*too black or not black enough*” (negro demais ou não negro o bastante). Tratava-se de algo relativamente novo na política norte-americana. Conforme Hall (2000, p. 45), a tendência de reificação das identidades tem sido, há décadas, a política preferencial dos movimentos sociais: cada “movimento apelava para a *identidade* social de seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento antibelicista aos pacifistas”. E continua: “Isso constitui o nascimento histórico do que veio a ser conhecido como a *política de identidade* – uma identidade para cada movimento”.

Era isso que alguns setores cobravam então de Obama: um candidato negro deve sustentar uma *política de identidade* negra. Mas era desse debate racial que às vezes Obama

²⁸ “This is not to say that race has not been an issue in the campaign. At various stages in the campaign, some commentators have deemed me either “too black” or “not black enough.” We saw racial tensions bubble to the surface during the week before the South Carolina primary.”

tentava escapar, como na resposta que deu a Jesse Jackson, quando acusado de “agir como branco”: “Jena 6 (forma como eles chamaram o episódio acima descrito dos seis jovens negros) não é uma questão de negros e brancos. É uma questão de certo e errado. Nós deveríamos nos levantar como uma nação em oposição a essa e a qualquer injustiça”²⁹ (FOX NEWS, 2008, tradução nossa).

Haveria então um dilema entre Tradição e Tradução (HALL, 2000, p. 88) nas escolhas discursivas de Obama? Se grande parte das lideranças negras praticou uma *política de identidade*, reforçando a ideia (Tradição) de negritude, estaria Obama construindo uma outra representação para a negritude, mais maleável, negociável e hibridizada (configurando, portando, como uma Tradução)?

A raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, freqüentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc. - como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro. (HALL, 2000, p. 63)

Se o conceito de raça não tem qualquer validade científica (HALL, 2000, p. 62), a análise das construções discursivas de Obama pode demonstrar como o próprio conceito de negritude desloca-se no tempo e no espaço. Como a identidade é criada pela diferença, produzindo alteridade, o posicionamento discursivo de Obama conduziu o debate para um terreno mais flexível e no qual as velhas fronteiras raciais perdiam solidez.

Visão totalmente distinta foi a manifestada por Jeremiah Wright, o guia espiritual de Obama, que ficou famoso em todas as TVs dos EUA, assim como no YouTube, por conta de seus acalorados sermões. As TVs repetiram à exaustão a preleção, comentando cada frase e fazendo entrevistas ao vivo com todos os possíveis personagens ligados à história. O discurso de Obama citado acima, de 37 minutos, foi uma réplica aos sermões de Wright.

Em um deles o Reverendo condenava os Estados Unidos pelo 11 de Setembro,

²⁹ “Jena 6 isn't a matter of black and white. It's a matter of right and wrong. We should stand as one nation in opposition to this and any injustice”

dizendo que os atentados eram consequência da atitude americana em relação ao resto do mundo. Mais à frente ele criticava Hillary Clinton:

Simplemente veio para mim dentro das últimas semanas, todos vocês, por que tantas pessoas estão odiando Barack Obama. Ele não encaixa no modelo. Ele não é branco, ele não é rico, ele não é privilegiado. Hillary se encaixa no modelo. Europeus se encaixam. Giuliani se encaixa. Homens brancos e ricos se encaixam. Hillary nunca teve um Taxi passando direto e não parando porque sua pele era da cor errada. (...) Hillary não foi um menino negro morando com uma mãe solteira, Obama sim. Barack sabe o que significa ser negro vivendo em um país e em uma cultura que é controlada por gente branca e rica. Hillary nunca poderá entender o que é isso. Hillary nunca será chamada de preta (nigger: palavra extremamente ofensiva nos Estados Unidos). Hillary nunca teve a sua gente definida como não-pessoas. (WRIGHT, tradução nossa)³⁰

O mais marcante no discurso do Reverendo era a força que ele imprimia no discurso da diferença. Ele marcava a alteridade a cada momento, pontuando o que fazia de Obama um bom candidato e de Hillary uma má candidata. Obama era um igual, já que o reverendo falava para a plateia de uma igreja negra (*Black Church*).

No fim da fala do pastor, ele reclamava ter tido sua gente chamada, alguma vez, de “*non-persons*”, não-pessoas. A fala do pastor refletia a histórica posição das lideranças políticas negras: para afirmar-se como negro, é preciso negar a América branca. O que fez de Obama uma novidade na política norte-americana foi exatamente o deslocamento do debate: a negritude defendida por ele era híbrida, era capaz de ultrapassar as fronteiras, era, em certo sentido, pós-moderna.

5 - Considerações finais

Há, na dicotomia tradição-tradução, uma miríade de comportamentos possíveis – e de consequências distintas –, e seria simplista encaixar toda a complexidade da relação identitária da negritude sem uma ponderação: há formas diferentes de traduzir e formas

30 “It just came to me within the past few weeks, y'all, why so many folks are hating on Barack Obama. He doesn't fit the model. He ain't white, he ain't rich, and he ain't privileged. Hillary fits the mold. Europeans fit the mold, Giuliani fits the mold. Rich white men fit the mold. Hillary never had a cab whiz past her and not pick her up because her skin was the wrong colour. (...) Hillary was not a black boy raised in a single parent home, Barack was. Barack knows what it means to be a black man living in a country and a culture that is controlled by rich white people. Hillary can never know that. Hillary ain't never been called a nigger. Hillary has never had her people defined as non-persons.”

diferentes de atuar na tradição.

Jesse Jackson, Bill Cosby, Al Sharpton, Malcolm X, Barack Obama, Oprah Winfrey, Rosa Parks, Reverendo King, Shirley Chisholm, dentre outros, não são apenas personalidades públicas e negras; por serem personalidades negras em destaque, no contexto americano, raça é *sempre* uma questão: seja explicitamente (quando o negro toca no assunto), seja implicitamente (quando o contexto influencia e incentiva a temática), seja involuntariamente (quando o próprio calar do negro sobre raça é o combustível para o debate racial).

Comparem-se Jesse Jackson e Malcolm X: enquanto o Reverendo fundava a *Rainbow Coalition* e defendia a união de todas as raças e credos para uma América melhor, Malcolm dirigia a Nação do Islã e pregava a supremacia negra, o ódio ao branco e o separatismo. Então, cabe um questionamento: é possível equiparar Jesse Jackson e Malcolm X na forma como lidam com o ativismo negro?

É certo que não. Os ativismos do Reverendo e de Malcolm são antagônicos e inconciliáveis: um prega a união, outro o separatismo; um a convivência pacífica, outro o ódio e o separatismo. Mas a forma como ambos lidam com a identidade negra possui uma dinâmica equivalente: não há, para ambos, uma renegociação identitária de raça na atividade política e no ativismo; há, embora com características específicas, a sustentação nas formas tradicionais da identidade negra.

A questão racial nos Estados Unidos emerge, até mesmo, nas expressões *White America* e *Black América*. Oprah, mais recentemente, e Bill Cosby, na década de 60, são bons exemplos de negros na mídia que trilham caminho similar ao famoso “*don’t ask, don’t tell*”³¹: não se fala sobre raça ou sobre tensões raciais, fornecendo à *White America* um sentimento de absolvição em relação ao recente passado de segregação racial.

De um lado, há a tentativa de reforçar alguma forma tradicional da negritude; no

³¹ *Don’t Ask, Don’t Tell* (DADT), em português: “Não pergunte, Não conte”. Política adotada nas forças armadas norte-americanas sobre a presença de homossexuais na instituição.

contraponto, estão os que preferem apostar na tradução da identidade negra, em suas mais diversas possibilidades. Em uma posição de pretensa neutralidade, há os que preferem evitar a discussão acerca das questões raciais.

Todos os caminhos possuem riscos e produzem resultados, ao mesmo tempo em que o elemento comum entre eles é a realidade exterior objetiva da negritude: “Se Jackson fosse branco ele já teria a nomeação”³² (KLEIN, 1988, p. 24 – tradução nossa), opinou um homem negro citado pela *New York*.

Não se trata, no entanto, de algo tão simples. Desde o início da luta pelos direitos civis, houve sempre um paradoxo nas relações inter-raciais na política e na mídia: o político branco que debate alguma ideia com o político negro está sempre sob risco de ser considerado racista, mesmo que se comporte de forma exatamente semelhante àquela dos debates entre dois políticos brancos. A mídia tem encontrado dificuldades, tanto na eleição disputada por Obama, quanto na de Jesse Jackson, de criticar e cobrar dos políticos negros com a mesma ênfase – e algumas vezes com o mesmo sarcasmo e ironia – que comumente destina aos políticos brancos.³³

Da mesma forma que, em muitas ocasiões, parte do insucesso de uma candidatura negra deve-se a questões raciais, também é verdade que parte do sucesso deve-se à tentativa de superar essas mesmas questões. Não são apenas as qualidades e preferências políticas de Obama que o alçaram de Senador de Illinois a Presidente dos Estados Unidos. Tais qualidades e preferências, no contexto sócio-histórico da eleição de 2008, certamente foram amplificadas pela condição de negro. É possível que Obama sequer tivesse ganhado a nomeação para candidato Democrata em 2008, se fosse outro entre os muitos *White-anglo-saxon-protestant* e tendo por oponente uma mulher branca.

³² “If Jesse Jackson were white, he’d have the nomination wrapped up”

³³ Essa opinião sobre o cuidado excessivo de políticos e da mídia em geral em relação aos políticos negros é compartilhada pelo professor de Stanford Shelby Steele (2008).

A mesma identidade que levou a *EBONY* a dizer, em 1988, sobre a inviabilidade eleitoral de Jackson, é talvez aquela que permitiu a vitória de Obama em 2008:

Mas Jesse Jackson não é um candidato comum. Jesse Jackson é negro. E, insistem a mídia e os analistas políticos, esse fato singular – sua cor de pele, sua negritude – faz a aposta na nomeação de Jackson impossível de vencer. ‘Status de favorito, se acontece de você ser negro’, declarou uma revista nacional sobre a candidatura de Jackson, ‘vem com um asterisco ao lado de seu nome que significa ‘não é esperado seriamente que vença’. (RANDOLPH, 1988, p. 154-155 – tradução nossa)³⁴

Obama, ao contrário de Jesse Jackson, Shirley Chisholm e Al Sharpton, é uma liderança política americana que, negro, não participou do movimento pelos direitos civis iniciado na década de 50. Obama é o primeiro político negro e democrata de destaque nacional entre aqueles que podem ser considerados pós-geração dos direitos civis – e um candidato especialmente hábil no manejo da linguagem e da lógica midiáticas (o terreno no qual a disputa eleitoral efetivamente se trava hoje).

Jesse Jackson tentou transcender a raça – embora na prática tenha sido um ativista de ênfase na tradição da identidade negra – em sua campanha, mas talvez faltasse algo que ele não podia fornecer: para ser um candidato pós-racial, talvez fosse necessário ser um candidato pós-ativismo pelos direitos civis.

6 - Referências

ANDREW JACKSON. **Presidents**. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/about/presidents/andrewjackson>>. Acesso em: 08 de Nov. de 2009.

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: cidadão comum, mídia e atitude política**. Disponível em: <<http://www.iuperj.br/biblioteca/teses/Alessandra%20Ald%C3%A9%20tese.pdf>>. Acesso em: 10 de out. de 2009.

BALTZELL, Edward Digby. **The Protestant Establishment: Aristocracy and Caste in**

³⁴ “But Jesse Jackson is no ordinary candidate. Jesse Jackson is Black. And, insist media and political analysts alike, it is that singular fact – his skin color, his Blackness – that makes Jesse Jackson’s bid for nomination ‘unwinable’. ‘Front-runner status, if you happen to be Black’, declared one national magazine of Jackson candidacy, ‘comes with an asterisk next to your name that means ‘not seriously expected to win’.” (RANDOLPH, 1988, p. 154-155)

America. Nova Iorque: Random House, 1964.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

CLAYTON, Dewey. The Audacity of Hope. **Journal of Black Studies.** Sage Publications, v.38, n.1, p.51-63, set./2007.

CNN. **Delegate Explainer.** Disponível em:
<<http://www.cnn.com/2008/POLITICS/01/02/delegate.explainer/index.html>>. Acessado em: 10 abril 2008.

DAILEY, Jane; GILMORE, Glenda; BRYANT, Simon. **Jumpin' Jim Crow: southern politics from Civil War to civil rights.** Princeton: Princeton University Press, 2000.

DAVIS, Ronald L. F. **Racial Etiquette: The Racial Customs and Rules of Racial Behavior in Jim Crow America.** Disponível em:
<http://www.jimcrowhistory.org/resources/pdf/hs_es_etique_tte.pdf> Acesso em: 10 de Nov. de 2009.

DOVE, Rita. **Time 100.** Disponível em:
<<http://www.time.com/time/time100/heroes/profile/parks01.html>> Acesso em: 17 de Nov. de 2009.

ELDER, Janet. **Will there be an 'Obama Effect'?** The New York Times. Disponível em:
<http://www.nytimes.com/2007/05/16/us/politics/16web-elder.html?_r=1>. Acesso em: 13 de Dez. de 2009.

ESTADOS UNIDOS. Federal Bureau of Investigation. **Prosecutive Report of Investigation.** Disponível em: <<http://foia.fbi.gov/till/till.pdf>>. Acesso em: 17 de Nov. de 2009.

FBI. **Hate Crimes Statistics.** Disponível em:
<<http://www.fbi.gov/ucr/hc2007/tableslisting.htm>>. Acesso em: 13 de Nov. de 2009.

FEC. **2000 presidential electoral and popular vote.** Disponível em:
<<http://www.fec.gov/pubrec/fe2000/elecpop.htm>>. Acesso em: 17 de Nov. de 2009.

FOX NEWS. **Report: Jesse Jackson Says Barack Obama 'Acting White' in Case of Six Blacks Accused in Assault Case.** Politics. Disponível em:
<<http://www.foxnews.com/story/0,2933,297332,00.html>>. Acessado em: 10 abril 2008.

FRYER, Roland. **Acting White.** Education Next, vol. 6, n. 1. Disponível em:
<<http://www.hoover.org/publications/ednext/3212736.html>>. Acesso em: 9 abril 2008.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching:** mass media in the making and unmaking of the new left. Berkeley: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis:** an essay on the organization of experience. New York: Harper and Row, 1974.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulos, 2004.

GROHMANN, Rafael do Nascimento; FERREIRA, Rodrigo Toledo Tafuri. **Os personagens televisivos e a personalização da política nas eleições de Juiz de Fora em 2008.** In: INTERCOM, 2009, Curitiba. Anais. Curitiba: Positivo, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.

HACKER, Andrew. **Liberal Democracy and Social Control.** *The American Political Science Review*, Vol 51/N. 4/ Dez. de 1957/ pp. 1009-1026. Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/1952449>>. Acesso em: 09 de Nov. de 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade.** 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOFFMAN, Matthew M. **The illegitimate president: minority vote dilution and the electoral college.** *Yale Law Journal* 105.4 (1996): 935-1021.

HOPKINS, Daniel J. No More Wilder Effect, Never a Whitman Effect: When and Why Polls Mislead about Black and Female Candidates. **Journal of Politics.** Cambridge, v. 71, n. 3, p. 769-181, jul./2009

KLEIN, Joe. Jesse Jackson for president? **New York.** Nova Iorque, abril de 1988. The National Interest, p. 24.

LADNER, Joyce. **Race: the great American divide.** Disponível em: <<http://www.brookings.edu/events/2000/0111race.aspx?rssid=race>>. Acesso em: 17 de Nov. de 2009

LEAL, Paulo Roberto Figueira. A Nova Ambiência Eleitoral e Seus Impactos na Comunicação Política. **Lumina**, Juiz de Fora: Ed. UFJF, v.5, n.4, p. 67-77, jul./dez. 2002.

MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo.** São Paulo: Atual, 2004.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **The Communist Manifesto.** Penguin Classics, 2002.

MASSAQUOI, Hans. Ebony Interview With Ver. Jesse Jackson. **Ebony.** Washington, junho de 1981, v. 36, n.8. Personalities, p. 154.

MCILWAIN, Charlton D. Perceptions of Leadership and the Challenge of Obama's Blackness. **Journal of Black Studies.** Sage Publications, v.38, n.1, p. 64-74, set./2007.

MERRIAM-WEBSTER. **Nigger.** Disponível em: <<http://www.merriam-webster.com/dictionary/nigger>> Acesso em: 10 de Nov. de 2009.

MILL, John Stuart. **Utilitarianism.** Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1971.

OBAMA, Barack. **A more perfect union.** Discurso. Disponível em:.

<http://www.barackobama.com/2008/03/18/remarks_of_senator_barack_obam_53.php> . Disponível em vídeo: <<http://www.youtube.com/watch?v=pWe7wTVbLUU>>. Acesso em: 10 abril 2008.

OUR CAMPAINGS. **Data**. Disponível em: <<http://www.ourcampaigns.com/home.html>>. Acesso em: 17 de Nov. de 2009.

RANDOLPH, Laura B. Can Jesse Jackson Win? **Ebony**. Washington, março de 1988, v.43, n.5. Politics, p. 154.

REAL CLEAR POLITICS. **2008 Democratic Delegates**. Disponível em: <http://www.realclearpolitics.com/epolls/2008/president/democratic_delegate_count.html>. Acessado em: 9 abril 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

STEELE, Shelby. **A bound man: why we are excited about Obama and why he can't win**. Michigan: Free Press, 2008.

STRÖMBERG, David. **How large is Bradley effect and does it matter for Obama?** Disponível em: <<http://www.voxeu.org/index.php?q=node/2514>>. Acesso em: 15 de Nov. de 2009

THE GREEN PAPERS. **Democratic Delegate Allocation – 2008**. Disponível em: <<http://www.thegreenpapers.com/P08/D-Alloc.phtml#Terr>>. Acessado em: 10 abril 2008.

THE WORLD FACTBOOK. **United States of America**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/us.html>>. Acesso em: 09 de Nov. de 2009.

US CENSUS BUREAU. **Populational Clock**. Disponível em: <<http://www.census.gov/main/www/popclock.html>>. Acesso em: 08 de Nov. de 2009.

WRIGHT, Jeremiah. **Obama doesn't fit the model**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=hAYe7MT5BxM&feature=related>>. Acessado em: 9 abril 2008.